

Ao MM. Juízo de Direito da 13ª Vara da Fazenda Pública
Da Comarca da Capital do Rio de Janeiro – RJ

Processo nº. 0497396-16.2014.8.19.0001

JOÃO RICARDO UCHÔA VIANA, economista, inscrito no CORECON/RJ n.º 17.382, com escritório na Rua Primeiro de Março, n.º 23, 14º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, telefone (21) 2242-1313, e-mail: perito@k2consultoria.com, vem, respeitosamente, nos autos dos embargos de execução movidos por **FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — RIOPREVIDENCIA**, em face de **ADRIANA EVANGELISTA DE CASTRO**, na qualidade de Perito nomeado por esse MM. Juízo, apresentar o **LAUDO PERICIAL**, conforme se passa a expor.

1. O presente laudo pericial contábil, consoante as determinações judiciais exaradas no decorrer do processo, tem como escopo responder aos quesitos das partes, caso tenham sido apresentados, além de quantificar e indicar o exato saldo devido.

I. COMENTÁRIOS INICIAIS

2. Trata-se de embargos à execução movidos por **FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — RIOPREVIDENCIA**, contra **ADRIANA EVANGELISTA DE CASTRO**, alegando excesso de execução do *quantum debeatur*, sob a alegação de que os cálculos da parte autora não seguem os parâmetros fixados no *decisum*, mais precisamente, em relação aos juros de mora, sendo aplicados os juros de 6% a.a., quando deveriam ter sido aplicados os juros relativos aos índices da caderneta de poupança. Apresenta cálculos de liquidação no valor de R\$ 5.330,69 (cinco mil

trezentos e trinta reais e sessenta e nove centavos) e excesso de execução no importe de R\$ 1.119,63 (mil cento e dezenove reais e sessenta e três centavos), atualizados até 16/01/2014.

3. Regularmente citada, a parte autora argumenta que os embargos configuram medida protelatória, impugnando os cálculos apresentados pela parte ré.

4. Finda a fase de contestação aos embargos, foi proferido o despacho de fls. 18, remetendo os autos ao Contador Judicial para apuração dos valores devidos.

5. A sentença em fls. 26 rejeita os embargos de declaração interpostos pelo RIOPREVIDÊNCIA, assim como o agravo de instrumento interposto em fls. 31/44, solicitando a concessão de efeito suspensivo ao recurso, o que foi indeferido em decisão de fls. 47/48. Demais tentativas de interposição de recursos se mostraram infrutíferas.

6. Em despacho de fls. 112, o Juízo intimou o Contador Judicial para elaboração de planilha de cálculos de liquidação, a qual encontra-se em fls. 117/120.

7. A parte ré RIOPREVIDÊNCIA apresenta impugnação em fls. 128/134, sob a alegação de índice de correção monetária majorado.

8. Houve manifestação da parte autora em fls. 143/144 pugnando pela improcedência da impugnação dos cálculos elaborados pela ré.

9. Consoante decisão colacionada às fls.172/173, esse MM. Juízo nomeou esse Perito, o qual com honras aceitou seu encargo.

II. DILIGÊNCIAS E DOCUMENTOS OBTIDOS

10. Analisado o processo em referência e as manifestações das partes, entendeu esse Perito que não houve necessidade de efetuar diligências a fim de coletar mais informações para subsidiar e fundamentar os trabalhos.

III. METODOLOGIA ADOTADA

11. Este trabalho foi realizado conforme as determinações da legislação processual, resoluções, normas e interpretações técnicas elaboradas pelo conselho federal de contabilidade e com a compreensão contábil e jurídica das decisões judiciais apresentadas.

12. As informações necessárias para a confecção deste laudo pericial foram encontradas nos autos deste processo. Também para substanciar e balizar os cálculos, foram utilizadas as determinações desse Juízo na sentença e no acórdão proferidos.

IV. CÁLCULOS

13. Os parâmetros para a elaboração do presente cálculo foram determinados pela decisão de fls.172/173, conforme trecho abaixo:

“PARÂMETROS REFERENTES AOS JUROS DE MORA E À CORREÇÃO MONETÁRIA:

Juros de mora:

(a) até 30/06/2009 (entrada em vigor da Lei nº 11.960/2009): juros de 0,5% ao mês;

(b) a partir de 01/07/2009 (vigência da Lei nº 11.960/2009) até 08/12/2021: juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança.

Correção monetária:

(a) até dezembro/2006 (entrada em vigor da Lei nº 11.430/2006): de acordo com os índices fixados pela E. CGJ deste Tribunal;

(b) a partir de janeiro/2007 (vigência da Lei nº 11.430/2006) até 08/12/2021: de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Juros e correção monetária a partir de 09/12/2021 (entrada em vigor da EC 113/2021): correção monetária e juros de mora, uma única vez, pelo índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente - vedada a incidência de juros compostos, bem como a incidência de qualquer outro índice. Para fins de cálculo e para não haver a capitalização, a incidência da SELIC, a partir de 09/12/2021, deverá ocorrer sobre o valor principal atualizado até 08/12/2021, mantendo-se destacado nos cálculos o valor referente aos juros de mora apurado até 08/12/2021.

14. Seguindo atentamente as diretrizes da decisão de fls.172/173, o cálculo para apuração do valor devido deveria passar pelas seguintes etapas:

- a) Juros de mora contados a partir da citação segundo os juros de 0,5% a.m. até 30/06/2009, após, o índice de remuneração da caderneta de poupança e correção monetária de acordo com a Unidade Fiscal de Referência (UFIR) até 31/12/2006, após, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) devidamente contabilizados a partir de 01/01/2007 até 08/12/2021;
- b) A partir de 09/12/2021, incidirá a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente, até a data de atualização dos cálculos.

V. CONCLUSÃO

15. Nesses moldes, conforme memória de cálculo em anexo, foram apurados os valores devidos totais de **R\$ 15.218,13** (quinze mil duzentos e dezoito reais e treze centavos) referentes aos valores devidos à autora. Quanto aos honorários advocatícios, os valores são de **R\$ 304,36** (trezentos e quatro reais e trinta e seis centavos).

16. Certo do cumprimento de seu encargo, o Perito encerra o presente documento respondendo, dentro dos critérios estabelecidos, o solicitado por esse MM. Juízo.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2023.

João Ricardo Uchôa Viana
Economista - Corecon / RJ 17382
Membro da APJERJ nº 598
Perito TJRJ nº 3723